



## SUBJETIVIDADE NA INICIAÇÃO À DOCÊNCIA: *PERSONAS*

Paola Zordan. UFRGS

**RESUMO:** Conceitos como subjetividade, subjetivação e as relações entre corpo e assujeitamento são explicados com Foucault e Deleuze a fim de pensarmos as *personas* que participam de um projeto desenvolvido entre as artes visuais, escola e alunos de um curso de Licenciatura em Artes Visuais. Junto a essa paisagem subjetiva traço algumas considerações sobre o papel exercido pela imagem (no caso a de uma coordenadora em exercício) em relação àquilo que somos ou que deixamos de ser, a fim de que possamos entender como os sujeitos constroem suas máscaras tentando se adequar a certos papéis, inclusive o de gestores. Parto das pessoas que resistem à gestão e desistem do PIBID/CAPES para pensar esse Programa como algo que só pode funcionar quando movido por desejos e vontades.

**Palavras-chave:** Subjetividade. Subjetivação. Dobra. PIBID. Pessoas.

**ABSTRACT:** *Concepts such as subjectivity, subjectivation and the relationship between body and subjection are explained with Foucault and Deleuze to think the personas involved in a project developed between the visual arts, school and students of a Teaching Degree in Visual Arts. Beyond this subjective landscape i do some considerations about the role played by the image (in the case of a coordinator acting) in relation to what we are or we are in order that we may understand how individuals construct their masks trying to fit their in certain roles, including the managers. Considering people who resist management and leaved the PIBID/CAPES, these Program needs thought as something that can only operate when propelled by desires and wishes.*

**Key words:** *Subjectivity. Subjectivation. Fold. PIBID. Persons.*

*“Quando as pessoas estão rodeadas de imagens todo o tempo, acabam se tornando apenas imagens umas para as outras.”<sup>1</sup>*

O que somos, as pesquisas que fazemos, aquilo que fomos nas brincadeiras e representações de nossa infância e juventude e ainda tudo o que pretendemos ser, não pode ser considerado casual, ou seja, é sempre construído. Sabemos que somos humanos e que estamos inseridos dentro de uma cultura na qual complexas tramas de símbolos e significações exercem poder sobre práticas sociais, nosso modo de ser, valores e opiniões a respeito de tudo o que nos cerca. É sobre o tecer desta rede de

significações que penso as maneiras e nas práticas que constituem a subjetividade através de uma máscara socialmente aceita e admirada: a *persona*.

Tendo como substrato de análise um subprojeto do PIBID/CAPES<sup>2</sup> no contexto de um curso de Licenciatura em Artes Visuais de uma Universidade Federal (UFRGS), faço uma digressão sobre o conceito de subjetividade e processos de subjetivação para tratar da minha constituição, enquanto professora pesquisadora das Artes Visuais, como coordenadora e gestora de pessoas. Ressalta-se que não há, em meu percurso, nenhum tipo de formação administrativa e em gestão e que tais habilidades diferem das estritas relações entre ensino e aprendizagem para as quais uma formação para a docência prepara. Aprender a sutileza entre manter o rigor exigido pelo aprimoramento e formação de profissionais efetivamente comprometidos com a Educação e aceitar inúmeras faltas, falhas e desculpas é o grande aprendizado de quem coordena um grupo heterogêneo e cheio de sintomas. Quando flexibilizar o pouco envolvimento e quando cortar bolsas tem sido motivo de estresse constante para os coordenadores, os quais lidam diretamente com descontentamentos, depressões e outros problemas dos bolsistas de sua equipe. Sendo pautado nas relações com instituições escolares públicas e seus agentes, implica questões administrativas, muito preenchimento de burocracia, vencimento de resistências e no caso dessa área, um convencimento constante da importância das Artes no currículo e no dia-a-dia das escolas. Por atuar como professora de estágios, contingências e não escolhas me conduziram a implementar o PIBID ART VIS UFRGS, sendo o subprojeto pertencente ao curso para o qual leciono e não a minha pessoa, como muitos o compreendem. O ideal seria os professores ligados a Licenciatura se revezarem na coordenação, mas pelo menos até o momento, não há disponibilidade de mais ninguém para tanto. Para um professor universitário envolver-se num Programa que atua em escolas básicas é um grande desvio no trabalho estritamente acadêmico e na consistência teórica de suas pesquisas. Pior quando esse tipo de demanda significa afastamento dos prazeres obtidos em atividades artísticas, como muitos alunos relatam. Isto porque o tempo dedicado ao Programa, a fim de que seus efeitos tragam resultados tanto para as escolas como na qualificação de futuros docentes, em especial à necessidade de observância da língua culta, conforme almejado pela CAPES, acaba a definir em

vários aspectos a produção artística, intelectual, e o preparo consistente de aulas e conferências.

Embora o trabalho seja exaustivo, em função dos produtos didático-pedagógicos a serem apresentados e visitas às escolas onde o projeto é desenvolvido, há uma bolsa para o coordenador de subprojeto, a fim de recompensar seu trabalho em gestar uma equipe de dois supervisores (professores de escola) e dez licenciandos, atuando em média em duas escolas. O trabalho incluindo a gestão de gastos com material de consumo e de recursos (módicos, considerando os oferecidos por editais na área da cultura). Há reuniões periódicas entre todos coordenadores e coordenação geral, seminários institucionais (média de dois por semestre) com presença obrigatória de todos os bolsistas, reuniões semestrais da equipe do subprojeto com a gestão pedagógica do projeto institucional, reuniões por escola com todas equipes atuantes (de acordo com desenvolvimento de propostas interdisciplinares), reuniões com corpo docente das escolas (mais raras) e as reuniões de planejamento, estudos e aprimoramento da equipe, semanais e/ou quinzenais. A coordenação institucional exige planejamento estratégico e relatórios semestrais e/ou anuais elencando todas atividades e produções. No caso da UFRGS, até o presente momento (maio 2013) o PIBID não computa carga horária, não tem valor para progressão funcional, não é considerado encargo docente e não computa pontos nas atividades da pós-graduação, não favorecendo os Programas de Pós-graduação que possuem docentes ligados a um Programa de Iniciação à Docência. Por outro lado, não há, nos editais PIBID até agora divulgados e nas portarias da Educação Básica da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal Superior (CAPES), nenhuma exigência ou valorização da produção intelectual por parte dos coordenadores, sendo possível vislumbrarmos a paisagem subjetiva de um coordenador pesquisador cindida entre duas CAPES distintas.

### **O conceito de subjetividade**

A subjetividade pode ser compreendida como um eixo móvel que atravessa variadas instâncias, compostas em campos específicos: corpóreos, psíquicos, imaginários e sociais. Embora seja necessário especificar paisagens para a análise é importante ressaltar que este eixo não descreve uma superfície plana, em que cada uma das

instâncias é facilmente separada da outra. O corpóreo, o psíquico, o social e o imagético, seja este individual ou coletivo, estão sobrepostos e intrincados através de múltiplas linhas de conexão, de modo que cada uma destas instâncias influenciam-se mutuamente, alternando-se. Quando falamos de subjetividade, não estamos necessariamente falando de um indivíduo específico, tampouco de grupos, sociedades ou civilizações. Construída culturalmente, a subjetividade não é inata, mesmo quando referida ao corpo e aos processos biológicos. Partimos do pressuposto de que inclusive os modos de lidarmos com a natureza, assim como o nosso próprio saber em relação às coisas ditas “naturais”, também são moldados pela cultura. Embora também possamos ser por nossas características genéticas, estes fenômenos, mesmo que independam das construções humanas, estão carregados de significações culturais que codificam atribuições simbólicas a sua força. Portanto, quando falamos de subjetividade, falamos da existência humana construída dentro da miríade de signos que constituem a cultura. Aqui, quero chamar a atenção para um cultura acadêmica cindida entre a escola e a pesquisa, sendo o culto a determinados tipos de produção aniquilador de um eu impossível, que não vive além de cumprir suas tarefas. Cisão que somente a poética, não o texto e suas linearidades, pode exprimir.

Assim como o “eu” é a instância inconsciente que identifica o sujeito para si mesmo, a identidade é aquela instância que nos faz reconhecer os outros e ser reconhecido por eles. Sedimentado sobre imagens idealizadas o “eu” não é a identidade de um sujeito, embora ambos estejam estreitamente relacionados. O “eu” atua no imaginário, ao passo que a identidade serve ao social. O intermédio entre “eu” e identidade fica por conta da personalidade, cujas marcas identificatórias individuais singularizam os sujeitos. Cada pessoa possui particularidades que as diferenciam de todas as outras, mesmo quando identificadas dentro de traços partilhados pela coletividade. A personalidade mapeia as qualidades afetivas que potencializam os comportamentos individuais, ou seja, nossa maneira de agir ou não-agir, assim como os modos de reagir e nosso envolvimento perante as situações. A formação da personalidade está relacionada tanto com a identidade quanto com o “eu”, de modo que não é inata, mas construída a partir das “roupagens” oferecidas pelo meio. Os papéis assumidos dentro dos fatos e das circunstâncias da vida evidenciam nossas personalidades, delatando aspectos do “eu”

enquanto nos situam como sujeitos portadores de uma dada identidade: artistas, professores, coordenadores.

Um professor de artes constantemente precisa afirmar seu valor, esclarecendo as pessoas a que veio e quais as bases epistemológicas no tipo peculiar de conhecimento que trabalha. Paradoxalmente, esse docente, seja formado ou sem formação, é tratado como alguém sempre a ser esclarecido, como alguém que não tem faculdades “racionais” e quando não, tratado como “mão de obra” para trabalhos práticos ou um anormal. É a partir desse desconforto que posso delinear a subjetividade que se encontra entre a formação da identidade docente em artes e as singularidades dos sujeitos dentro de uma equipe, cujas dores, raivas, choros e ininterruptas queixas são agulhão na vida de quem precisa trabalhar com “pessoas”, *personas*.

A palavra “personalidade” deriva do grego *persona*, que quer dizer máscara. A máscara ilustra convincentemente a concepção de personalidade fundada na aparência, embora também possa servir para tratarmos de identidade. Poderíamos chamar a máscara única, que só cabe em seu dono, de personalidade, enquanto que máscaras de múltiplos usos, para papéis mais genéricos, seriam as identidades. Cada um dos bolsistas tem sua própria personalidade e encara um determinado personagem, nem sempre sendo o mesmo personagem que atua na escola, nas reuniões no grupo e nos encontros individuais com a coordenadora. A palavra “personagem” também deriva de *persona*, a máscara que caracterizava os papéis representados no teatro da Grécia Antiga. Embora parta-se do princípio de que personalidades representem atuações de pessoas reais, enquanto personagens representem figuras fictícias, nem sempre estas representações são claramente delimitadas, principalmente em relação a pessoas que exercem algum tipo de poder, como um coordenador. O fato é que tanto personagens quanto personalidades são figuras profundamente subjetivadoras, objetos por excelência dos processos de identificação.

Representamos a subjetividade de um povo ou de uma época através de personalidades e personagens, muitas vezes calcando nossas próprias identidades sobre

seus exemplos. Tomaz Tadeu da Silva nos diz que “identidades sociais e regimes de representação estão ligados através de um nexos íntimo e inseparável” (Silva, 1996, p.168), onde os lugares dos sujeitos dentro da trama social configuram formas de identificação marcadas por sua condição de classe, pela raça, pelo gênero e por outros fatores também. Assim, as formas de apresentação das figuras humanas constroem a visão que fazemos sobre os papéis que as pessoas representam, mostrando como alguém, num determinado lugar, deve ser, que tipo de aparência deve possuir, como deve se comportar. O que pontua aqui, envolve um coordenador, professor doutor, que ao se desviar das representações de poder vigente, por ser mais artista do que gestor, tem seu trabalho de gestão comprometido. Em uma sociedade em que o poder se concentra nas aparências, as imagens, além de subjetivarem, servem tanto como forma de resistência como de manutenção das relações de poder hegemônicas. Há movimentos que tanto desestabilizam o imaginário, deslocando identidades, como contra-fluxos que represam as mutações no sentido de manterem as referências com as quais a sociedade está acostumada a operar. A diferença é permitida somente quando serve para manter a desigualdade do poder, enquanto que o “fora do padrão”, na medida que resiste às formas assumidas pelo poder dominante e possibilita o que Guattari chama de “novos engendramentos”, enfrenta resistências. Entre seguir determinados padrões e assumir as novas possibilidades que o contemporâneo nos incita, situamos uma subjetividade marcada por modelos identificatórios e permeável a outros modos de subjetivação. Seguindo Foucault, ressalto que não se trata de desmascarmos as personificações, sejam elas atávicas ou puramente aleatórias para vermos “o que há por trás” do poder que se atribui a uma figura “coordenante, visto que este poder é evidente e não oculta alguma coisa; nada se esconde. Ao tratar do poder subjetivante de imagens personológicas (Professora Doutora Coordenadora) é preciso descrever os principais enunciados presentes nos discursos que se entrelaçam ao imaginário em questão. Dentro da perspectiva foucaultiana, os saberes legitimados pelos discursos estabelecem verdades: que tipo de verdade uma imagem pode estabelecer em relação a um modo de ser?

No contexto desse substrato analítico um coordenador precisa estar constantemente ensinando bolsistas licenciandos e por vezes os supervisores nas

escolas, sendo o que é ensinado pode ser terrivelmente básico e aquém do que esperamos num Programa de âmbito universitário. Muitas tarefas extrapolam os conhecimentos específicos da área de Artes, tais como fazer orçamentos, se dirigir cordialmente a terceiros, ler (interpretação de textos, quando possível dentro da rotina do próprio Programa) e escrever (regras gramaticais, concordância, sintaxe). Há momentos em que tais ensinamentos começam a ficar inoperantes, principalmente quando são reiteradamente repetidos e não se consegue sequer a redação de uma ata legível, a organização bem fundamentada de um projeto de intervenção pedagógica ou mesmo uma redação clara sobre um determinado tema a ser tratado em atividade dentro da escola. Embora em avaliações orais sobre o Programa os alunos relatem que estejam aprendendo muito, há muita inércia e uma imensa quantidade de coisas que ignoram em relação ao campo em que irão atuar, assim como saberes específicos das Artes Visuais, cujo trabalho dentro do PIBID implica articulação com os currículos e disciplinas das licenciaturas. Há uma subjetivação não prevista na vida acadêmica: a lida com as limitações, inclusive as de linguagem, vocabulário e inexistência de repertório da área de conhecimento, a qual talvez tenha que estar na pauta de todo tipo de ação dentro das universidades públicas, tal como as políticas estão lhe reconfigurando. Os programas de apoio à graduação, que oferecem reforço acadêmico para alunos com defasagem em conteúdos do Ensino Básico, já atestam isso, como é possível detectar na UFRGS. Isso decorre de uma subjetivação acadêmica nada erudita, pouco livresca e, arrisco dizer, escolar.

### **A dobra e o processo de subjetivação**

Primeiro precisamos entender subjetivação como a produção de modos de vida, envolvendo estilos, crenças e verdades. Um modo de vida sempre envolve uma forma, e toda forma está subordinada a um determinado saber. A subjetivação produz as formas, embora seja um processo sem forma, visto que é substanciada por forças que perpassam as formas, dinamizando suas estruturas e estabelecendo relações de poder. Este processo pode ser coletivo ou individual, acontecendo sempre que a força se “dobra” sobre si mesma, fazendo com que o poder se exerça sobre “si”. Deleuze observa que as subjetivações acontecem nas coisas, alertando-nos que o processo de subjetivação não é

a constituição de um sujeito, mas a “criação de modos de existência” (Deleuze, 1992, p.146). A “invenção de modos de vida” (idem, p.116) seria a relação consigo, os modos que temos para driblar o poder no campo de nossa própria subjetividade, mas sempre em relação à subjetividade mais ampla em que estamos inseridos, articulando a pessoa com o social. Como uma operação ética e estética que transcende todos os códigos, a “arte de si” é o trabalho de um sujeito sobre a própria subjetividade, um trabalho cujo intuito seria a possibilidade de trânsito fluente dentro das cadeias de poder e saber. A subjetivação é o movimento que nos permitiria ultrapassar e reinventar as formas estabelecidas por estas cadeias, por estas redes que nos constituem à revelia. Deleuze nos conta que para Foucault, a “relação consigo”, esta “experiência de si”, seria a “busca prática de um outro modo de vida, de um novo estilo” (Deleuze, 1992, p. 132). O sujeito é o resultado de um processo de subjetivação, um derivado que “nasce e se esvai na espessura do que se diz, do que se vê” (idem, p.134). Como condição transitória, o lugar do sujeito é ocupado ao sabor dos discursos e das práticas, delatando subjetividades, jamais adquirindo identidade. Para Foucault, é nas articulações entre o saber e poder que se produz o sujeito: “o sujeito é uma função da visibilidade, dos dispositivos que o fazem ver e orientar o seu olhar. E esses são históricos e contingentes” (Larrosa, 1995, p.62). O que se instaura como produto dos processos de subjetivação são as subjetividades e não os sujeitos, sendo assim a subjetividade aquilo que se estabelece através da duplicação de forças promovida pelo movimento executado pela subjetivação. Podemos situar provisoriamente sujeitos e demonstrar os meios de subjetivação que ocorrem no âmago das relações de poder e da singularidade das forças, mas o que estabelece um eixo que perpassa todas as condições do indivíduo, determinando modos de ser, é a subjetividade. Portanto, é a subjetividade o campo estratégico onde se disseminam as lutas de poder e os pontos de resistência, sendo esses pontos, as máscaras de ódio, tédio, apoio, interesse, incompreensão que as pessoas manifestam. Pessoas que nem sempre trabalham seriamente, que querem saber quando a bolsa aumenta, que reclamam o “é muita coisa para fazer, não consigo”, que não aceitam críticas, que todo dia dizem que se sentem “cansadas”. Pessoas que se comparam o tempo inteiro, diminuindo umas as outras, com ressentimentos, picuinhas, exigências. Uma subjetividade assim, no Programa aqui analisado, faz com que as resistências tendam a se tornar desistências.

Na subjetividade temos um campo de forças no qual as redes de poder formulam os dispositivos imbricados na feitura coletiva das identidades. Para demonstrar como surgem as identidades dentro dos processos de subjetivação, imagino os fios que tecem as redes de poder, os diagramas formais que constituem os saberes, construindo múltiplas máscaras com cores e estilos precisos que caracterizam condições específicas de subjetividade. As máscaras, *personas*, em âmbito público, pertencentes às coletividades, são o que chamamos de identidades culturais. No plano individual, são aspectos de nossa própria personalidade, inevitavelmente encaixados na forma da identidade cultural que nos personifica; no plano coletivo, pertencem aos personagens, fictícios ou não, que figuram as narrativas históricas ou sociais.

Suely Rolnik, ao analisar as personagens denominadas “noivinhas”, serve-se da metáfora das máscaras para compor as personagens de sua *Cartografia Sentimental*. Para a autora, as máscaras seriam configurações mais ou menos estáveis que nos oferecem “tranqüilidade para habitarmos espaços”, servindo como “matéria de expressão” para a vivência dos afetos (Rolnik, 1989, p.28). Estas configurações “atravessam terras e grupos”, em sua variedade, “são transversais, transculturais” (idem, p.57) e nos constituem como personagens protagonistas de nossas próprias histórias. Na forma de “gestos, jeitos e trejeitos, procedimentos, expressões de rosto, palavras...”, as máscaras podem se enrijecer na medida em que deixam de serem “irrigadas afetivamente”(idem p.30). A rapidez com que se tornam obsoletas faz com que certas pessoas tornem-se “prisioneiras de certas máscaras” (idem p.45), negando as “partículas soltas, partículas loucas” (p.30) que penetram nas zonas estratégicas da subjetividade. O artifício da máscara é a “realidade nela mesma”, não encontraremos um alguém por trás da própria máscara, “não há rosto algum, um suposto rosto verdadeiro, autêntico, originário” (Rolnik, 1989, p.32), apenas a força que cria novas máscaras ou a força que nos imobiliza em um só tipo de máscara. Se só podemos nos imaginar através das máscaras, como poderíamos nos imaginar a partir do inimaginável universo da subjetividade? Protagonizamos estas *personas* é necessário para que possamos nos enxergar em nossa própria paisagem, para que possamos situar alguma coisa visível em relação ao que somos, para podermos nos relacionar uns com os outros, através de referências pelo menos identificáveis. A subjetividade sempre inclui uma *persona*: a identidade discernível adotada por um corpo, o

papel de um sujeito dentro do social e o reconhecimento desta identidade e deste papel em um lugar específico dentro das tramas da cultura. Desmascarados, somos a massa anônima de bolsistas, despersonalizados, ausentes de nossa própria história individual. Mascarados, somos alguém dentro da especificidade de um papel, personalidades conhecidas dentro das microcoletividades em que atuamos, personagens de nossas próprias vidas.

Mas, num mundo de máscaras institucionais oferecidas dentro de certos padrões, precisamos lutar, pelo direito de confeccionarmos nossas próprias *personas*. É na luta pela feitura de subjetividades que os personagens e personalidades vendidos na cultura de consumo, verdadeiros mitos propagadores de “modos de ser”, precisam ser abordados. Tais personagens, no caso deste trabalho, mesmo quando atrelados a uma pessoa real, a uma personalidade, ao ocuparem lugares de poder, são mitificados. Não podemos esquecer que as máscaras são carregadas pelos corpos, corpos que trocam de roupas e de máscaras ao sabor dos tempos, da meteorologia e do lugares onde estão. Corpos que pertencem a sujeitos que precisam das máscaras para o reconhecimento dos papéis que atuam no mundo. É através deste uso de “máscaras”, *personas*, que podemos visualizar a função subjetivadora das imagens e dos discursos, assim como o processo no qual são incorporadas pelos indivíduos.

Quando, através de algum mecanismo de controle, o sujeito é obrigado a usar uma determinada máscara, quando não há opção de escolha, quando somente uma determinada máscara é aceita dentro de um determinado campo, acontecem as sujeições. Para Foucault, a sujeição é a submissão da subjetividade, aquilo que submete o indivíduo aos outros através de mecanismos repressivos e rígidos disciplinamentos (Foucault, 1995, p.235-236). As sujeições formais às quais estou me referindo se instauram por algum tipo de poder normatizador que encarcera o sujeito a um modelo estreito de comportamento, a um tipo de corpo canonizado dentro de um padrão inflexível, a um modo de ser “pré-determinado”, alheio às escolhas individuais. Deleuze nos fala de uma “codificação do saber moral, da submissão ao outro pelo controle e pela dependência”, mecanismos de que envolvem a exploração dos corpos, mas que estão “atingindo a vida cotidiana e a interioridade” (Deleuze, 1991, p.110). Modulação fechada, a sujeição difere da

subjetivação, possibilidade mutável de constituição. A sujeição seria aquilo que faz com que tenhamos “apego” a nossa própria identidade (Deleuze, 1991, p.110), que “naturalizaria” práticas e procedimentos dos quais o sujeito não pode abster-se sem ir contra aos mecanismos sociais e redes de poder que estão nos assujeitando.

A luta por uma subjetividade moderna passa por uma resistência às duas formas atuais de sujeição, uma que consiste em nos individualizar de acordo com as exigências do poder, outra que consiste em ligar cada indivíduo a uma identidade sabida e conhecida, bem determinada de uma vez por todas. A luta pela subjetividade se apresenta então como direito à variação, à metamorfose. (Deleuze, 1991, p.113).

Neste mundo onde rígidas regulações disciplinares convivem com a diversificação das formas mutantes, encontramos-nos tanto assujeitados quanto subjetivados, pois tanto possuímos mobilidade para decidirmos nossas vidas como somos aprisionados por cadeias de poderes nas quais pouco vale nossa vontade individual. Há situações em que somos obrigados a usar determinadas máscaras, sejam elas adequadas ao nosso corpo ou não. Podemos tentar resistir às situações que nos obrigam a assumir posturas exigidas por poderes assujeitadores, mas sabemos que, em certas circunstâncias, o preço da resistência é muito alto.

A zona de subjetivação, o espaço onde nos alojamos na curva, a fissura feita pela força que se dobra, é onde podemos viver. A vida plena de presença, a vida onde criamos, onde inventamos nosso próprio modo de ser. Embora as cadeias de poder se configurem nas sinuosidades da dobra, é neste espaço de individuação que acolhemos as forças singulares que chegam do lado de fora (partículas “malucas” que nos revigoram), é neste espaço que nos singularizamos. É nos movimentos da dobra que estas forças penetram nos diagramas, reconfigurando-os. Como um caleidociclo<sup>3</sup>, dentro e fora são dois planos que, embora distintos, alternam-se. As singularidades “selvagens” (Deleuze, 1991, p.125), aquelas que ainda não penetraram no lado de dentro, que nunca estiveram nas configurações apresentadas pelos diagramas e portanto não foram experimentadas, são as forças que borbulham sobre a fissura em que se aloja o sujeito. A zona de subjetivação, onde o movimento da dobra pode abrir brechas para a entrada das singularidades borbulhantes, também é chamada de “interioridade de espera”. É a possibilidade da entrada desta força selvagem que desestabiliza os saberes e cria a

necessidade de novas subjetividades, desestruturando as rígidas cadeias de poderes que causam as sujeições. Todavia, antes de ficarmos à espera desta brecha, precisamos estar em constante embate com a linha de força, para que no movimento que a faça curvar-se sobre si, as singularidades deslizem para fora e para dentro.

Podemos situar as lutas de poder, juntamente com a trama de significados que entre elas se interpõem, nas mais variadas esferas: sócio-econômicas, psíquicas, cotidianas. Contudo, as relações de poder, os modos de subjetivação ou de assujeitamento, as redes discursivas, as máscaras, enfim, todas as instâncias que compõem paisagens subjetivas, não são meramente forças invisíveis que jamais poderíamos apreender materialmente, pois toda subjetividade incide no corpo, sobre um corpo e sob um corpo. O corpo, instância última do panorama que estou traçando, é também a primeira instância de todas, é nele que a história de um indivíduo começa, é nele que são travadas as batalhas da existência. São os corpos que deixam de vir nas reuniões porque não conseguiram sair da cama, que deixam de ir a escola por causa de secretações gástricas, diarreias, porres inconfessáveis para a Coordenadora. São os corpos que ficam sem voz em sala de aula e que se machucam violentamente sem motivo compreensível, exigindo intervenções “disciplinares”:

A disciplina fabrica assim, corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicas de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma ‘aptidão’, uma ‘capacidade’ que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. (Foucault, 1997, p.127).

Independente da estratégia utilizada, “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõe limitações, proibições ou obrigações” (Foucault, 1997, p.126). Em nosso cotidiano, somos reguladas por inúmeras práticas disciplinares, às vezes tão corriqueiras que antes pareceriam “naturais”, como ter horários, cumprir com o solicitado, dividir tarefas, trocar ideias e conhecimentos. Mas hábitos tão arraigadas dentro de um círculo cultural podem virar tédio, ódio e outros sentimentos destrutivos aos que forem cobrados nesses aspectos. A subjetivação criadora tende a ser vivida como assujeitamento na resistência a uma persona cujo lugar é

institucionalmente superior numa relação de poder. Assim, o que são apenas metas para o gestor, pode ser mote de sentimentos tristes ao serem exigidos por alguém personificado como opressor. Antes desse desassossego ser compreendido como perturbação a ser eliminada, é importante que, dentro de uma análise, possamos compreender, na intrincada relação entre poderes, saberes e subjetividades, quando a vontade de permanecer dentro de um projeto se esvai.

Seja em sala de aula, seja numa equipe de graduandos com professores de escola, quando nem exercícios e nem solicitações funcionam, encontramos outro modo de subjetivação, na qual a não aceitação de assujeitamento algum, tende a sobrecarregar de tarefas (que deveriam ser distribuídas entre a equipe) o que, por convicção, não exercerá poder sobre o que estão trabalhando sem vontade. Quando num lugar de poder uma pessoa não se submete às normas que são secularmente sustentadas pelo discurso acadêmico, assim como foge às regras de gramática e aparência, esse poder é abalado. Nossos corpos são a materialização da subjetividade deste tempo e do lugar que ocupamos na sociedade, sendo que as representações de poder incidem sobre necessidades e obediências. Os corpos se constroem adequando-se aos critérios “dos grupos a que pertencemos” (Louro, 1999, p.15) e um corpo acostumado com assujeitamentos é capaz de não funcionar dentro de um projeto que exige empenho de acordo com desejo e vontade. Através dos corpos expressamos nossa capacidade de adequação e nossa necessidade de resistência, são as atitudes e o uso que fazemos do corpo que estabelecem nossos territórios. São nossos corpos que portam as *personas* com as quais transitamos pelos territórios coletivos das instituições.

O poder atua sobre o corpo delineando o desejo, incitando nossa pulsão vital para as representações cunhadas por sua força. Os corpos desejados dentro de um projeto gestado institucionalmente são os que, sem padronizações estereotipadas, não precisam de imposições coercitivas para trabalharem. A infiltração de normas, de regras e de necessidades dentro dos circuitos capilares das redes de poder se efetiva a todos os instantes, exatamente onde transcorre a vida cotidiana, sem ser personalizada na figura dos coordenadores. As *personas* não passariam de invenções provisórias para lidarmos

com determinadas cenas, não demasiado identificadas num “eu” que precisa aparecer e mostrar que vale mesmo quando trabalhando contra as vontades e realizações do grupo.

A partir dessas breves considerações, concluo que o PIBID envolve subjetivações que devém de um desafio incomensurável. Tarefas em excesso, as quais envolvem gestão de recursos, administração de pessoal e o complicado manejo de subjetividades e crenças variadas, transformam qualquer pessoa que com ele se envolva. Mais do que produzir novos conhecimentos, pensar, escrever, dar aulas, estudar, o Programa lida com pessoas e instituições que apresentam dificuldades e preconceitos de diversas ordens, sendo que trazem constantemente essas demandas para dentro do grupo sob responsabilidade de um Coordenador de subprojeto. O excesso de desculpas frente a indisposição, tanto dos professores na escola como dos licenciandos talvez se dê em função da equiparação do tempo doado ao Programa e dedicação à atividades, em especial as que envolvem os escolares e os demais colegas, as quais nem sempre interessam os bolsistas individualmente. O Coordenador do subprojeto está numa linha de frente dentro da complexa mediação entre os bolsistas e seu ingresso na escola, lidando com subjetivações cujas linhas nem sempre conseguem ser trançadas. Tanto de um lado como de outro temos sujeitos cheios de vontades e cansaços que extrapolam os objetivos do PIBID, repercutindo falhas de formação básica e algumas vezes mostrando que não há incentivo que não seja o financeiro para seu ingresso na carreira docente. O fato de lidar com intuições escolares visivelmente adoecidas desloca o foco, que seria o aprimoramento docente e o conhecimento que tal formação implica, para o tratamento de um *pathos* que impede uma efetiva entrega aos prazeres do saber e amar a matéria de conhecimento escolhida para se professar ao longo da vida.

Desse modo, como coordenadora, minha experiência no PIBID desde a saída do primeiro edital, em 2007, de onde venho trabalhando por convicção de sua importância, mesmo em períodos sem bolsa, vem sendo mais uma grande DE-FORMAÇÃO. Deformação de tudo o que acreditei estar construindo no campo da Educação e Arte e deformação dos alunos que a muito custo tento formar. Isto porque muitas coisas que os alunos vivenciam nas escolas, especialmente em termos de acomodação do corpo docente e/ou postura ameaçadora dos agentes escolares para “manter a ordem” em sala

de aula, em fatos que aqui não cabe narrar, é tudo o que não queremos enquanto educadores que visam uma escola pautada no desenvolvimento da vontade, do desejo e do gosto por se buscar saberes, incorporando o que se aprende na vida que valha a pena ser vivida dentro das escolas e das Universidades.

## NOTAS

<sup>1</sup> Brunshwig & Pontarolo . “Felicidade Virtual” \_In: *Heavy Metal*, Ano 3 nº19. São Paulo: Editora Heavy Metal.

<sup>2</sup> Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal Superior (PIBID/CAPEs), cujas premissas são a valorização das licenciaturas, estimulando os acadêmicos a seguirem a carreira docente na educação Básica e incentivando o ingresso nas escolas antes do término da graduação.

Cf: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid>

<sup>3</sup> Caleidociclo é um círculo tridimensional de tetraedros que gira em torno de seu próprio centro, de modo que as faces internas passem para o lado externo e vice-versa, continuamente.

---

## REFERÊNCIAS

LOURO, Guacira Lopes (org.) **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

\_\_\_\_\_. **Toxicômanos de identidade**. \_In: Lins, Daniel (org.). **Cultura e subjetividade: saberes nômades**. Campinas: Papius, 1997.

\_\_\_\_\_. **Uma insólita viagem à subjetividade**. \_In: Lins, Daniel (org.). **Cultura e subjetividade: saberes nômades**. Campinas: Papius, 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades Terminais**. Petrópolis, Vozes, 1996.

### Paola Zordan

Doutora e Mestre em Educação, Bacharel em Desenho e Licenciada em Educação Artística pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da área de Didática das Artes do Departamento de Ensino e Currículo da UFRGS, onde atua como supervisora de Estágio de Docência do curso de Licenciatura em Artes Visuais. Na mesma instituição é professora do Programa de Pós-graduação em Educação na linha Filosofia da Diferença junto ao grupo *DIF: artistagens, fabulações e variações*(CNPq), junto ao qual coordena a pesquisa *Paixões da Diferença: liberação de humores artísticos*.